

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E
GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)

AT 2 - Gênero, Cidadania e Participação Política

PEC DAS DOMÉSTICAS NO JORNALISMO PARAENSE:
tensões entre gênero e classe na ampliação dos direitos
das trabalhadoras

Maria Luiza Lopes Goes, UFPA
Thaís Cavalcante Rezende, UFPA
Danila Cal, UFPA

PEC DAS DOMÉSTICAS NO JORNALISMO PARAENSE: tensões entre gênero e classe na ampliação dos direitos das trabalhadoras¹

Maria Luiza Lopes Goes, UFPA²
Thaís Cavalcante Rezende, UFPA³
Danila Cal, UFPA⁴

RESUMO

Analisa-se como são construídas no jornalismo paraense as representações e os lugares de trabalhadoras domésticas, antes e após a promulgação da PEC das Domésticas (66/2012). A ampliação de direitos gerou tensões, já que o trabalho doméstico é marcado pela subalternidade e atravessado por questões de gênero, raça e classe (DAVIS, 2016; CAL, 2016; CARNEIRO; ROCHA, 2009). Consideramos que o jornalismo participa da construção social da realidade e é um ator fundamental no debate público (CARVALHO, 2009; MAIA, 2008). Por meio de análise de conteúdo, examinamos as matérias jornalísticas sobre a PEC veiculadas no Diário do Pará e O Liberal de 2010 (início da tramitação) a 2016 (regulamentação). Concluímos que os jornais se preocuparam mais em manter os patrões informados a respeito dos novos gastos oriundos da PEC do que em dialogar e produzir conteúdo que contemple a trabalhadora doméstica.

Palavras-chaves: trabalho doméstico, comunicação, gênero, raça, classe.

ABSTRACT

It analyzes how the representations and the places of domestic workers are built in paraense journalism, before and after the promulgation of the Household PEC (66/2012). The expansion of rights created tensions, as domestic work is marked by subordination and crossed by issues of gender, race and class (DAVIS, 2016; CAL, 2016; CARNEIRO; ROCHA, 2009). We consider that journalism participates in the social construction of reality and is a fundamental actor in the public debate (CARVALHO, 2009; MAIA, 2008). Through content analysis, we examined the journalistic articles about PEC published in the Diário do Pará and O Liberal 2010 (beginning of processing) to 2016 (regulation). We conclude that the newspapers were more concerned with keeping their employers informed about the new expenses coming from the PEC than in dialoguing and producing content that contemplates the domestic worker.

Keywords: domestic work, communication, gender, race, class.

¹ Versão preliminar do texto para discussão durante o evento.

² Graduanda em Ciências Sociais, bolsista PIBIC-CNPq do Projeto “Mídia, Debate Público e Negociação de Sentidos sobre o Trabalho Doméstico”, financiado pelo CNPq (Edital Universal 2016), integrante do COMPOA – Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. E-mail: malulopesgoes@gmail.com

³ Jornalista, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA e integrante do Projeto “Mídia, Debate Público e Negociação de Sentidos sobre o Trabalho Doméstico”, financiado pelo CNPq (Edital Universal 2016), integrante do COMPOA. E-mail: thaiscrezende@gmail.com

⁴ Doutora em Comunicação Social (UFMG), Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA e coordenadora do Projeto “Mídia, Debate Público e Negociação de Sentidos sobre o Trabalho Doméstico”, financiado pelo CNPq (Edital Universal 2016), uma das líderes do COMPOA. E-mail: danilagentilcal23@gmail.com

INTRODUÇÃO

Apenas a partir de abril de 2013, por meio da Emenda Constitucional nº 72, os trabalhadores domésticos tiveram, no Brasil, a garantia legal de direitos trabalhistas básicos, como jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais, garantia de um salário mínimo, férias remuneradas de 30 dias, entre outros. Por meio da Lei Complementar 150, promulgada em junho de 2015, outros direitos foram assegurados como, por exemplo, adicional noturno, obrigatoriedade de recolhimento do FGTS, seguro-desemprego, multa no caso de rescisão sem justa causa. Tanto a discussão sobre a aprovação da PEC quanto a implementação da lei geraram repercussão social e midiática, sobretudo, a respeito das mudanças nas relações trabalhistas e, de certo modo, sobre o lugar que as empregadas domésticas ocupam nas famílias no cenário contemporâneo.

Em pesquisa anterior (CAL, 2016), investigamos como ocorreu ao longo dos anos 2000 o debate público a respeito de uma forma específica de trabalho doméstico: o infantil, realizado por crianças e adolescentes e combatido por organizações sociais. Naquele momento, descobrimos que o lugar de fala nos *media* atribuído a trabalhadoras e ex-trabalhadoras infantis domésticas é prioritariamente marcado pela subordinação, vitimização e dominação (CAL, 2016). Essa construção simbólica repercutia na configuração política do trabalho infantil doméstico, encabeçada por organizações não-governamentais e organismos internacionais, “representantes auto-autorizados”, portanto, que atuavam “em nome de interesses e valores que acreditam que devem ter um impacto” ainda que sem autorização prévia dos concernidos (URBINATI; WARREN, 2008, p. 243).

Nesse sentido, considerando o potencial dos *media* para generalização de processos de debate público e de pré-estruturação da esfera pública (HABERMAS, 2003; MAIA, 2008), a discussão ampliada sobre o trabalho infantil doméstico como um problema público acabou por marginalizar a capacidade de atuação política das próprias afetadas na definição de quais posturas e políticas deveriam ser adotadas em relação ao trabalho infantil doméstico. E essa situação foi influenciada pela percepção de que elas estavam sujeitas a um processo de dominação que não as permitia ter clareza sobre o que estava acontecendo no trabalho infantil doméstico. A dimensão crítica naquele ambiente coube aos especialistas e atores sociais. Essas conclusões dizem respeito, como dissemos, a um tipo específico de trabalho doméstico que é o realizado por crianças e adolescentes. Contudo, as investigações que empreendemos anteriormente contribuem para construção de um novo problema de pesquisa a partir

do cenário de ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos adultos: como são construídos no cenário jornalístico-midiático as representações e os lugares das trabalhadoras domésticas?

Apesar de significar um avanço acerca do modo como domésticas são vistas pela nossa sociedade, a equiparação de direitos é acompanhada por uma série de exigências, de tal forma que cumprir rigorosamente o contrato pode desfavorecer as domésticas. Como já questionava Brites em 2003, “até que ponto pode uma empregada doméstica cumprir aviso prévio de 30 dias, ou pagá-lo, quando a natureza do serviço as coloca numa relação tão direta com seus patrões? (...) Quem define as noções de bom cumprimento das tarefas domésticas estipulado implicitamente no contrato?” (BRITES, 2003, p. 77). Além disso, como essa nova conjectura interfere na construção de hierarquias sociais de valor? Carneiro e Rocha (2009), ao analisarem a história de uma doméstica chamada Leninha, reconhecem a conquista de alguns avanços do ponto de vista dos direitos, entretanto, afirmam que há um silenciamento acadêmico e social em relação aos dramas e aflições aos quais essas mulheres são submetidas. Segundo os autores, esse silêncio repercute até mesmo entre as próprias envolvidas, que parecem “não articular com clareza e consequência a sua própria condição, pelo simples fato de que essa condição encerra uma realidade intragável (...). Nenhum ser humano suportaria viver da verdade de tamanho desvalor social objetivo” (CARNEIRO; ROCHA, 2009, p. 142).

Em termos geográficos, situamos nossa pesquisa na Região Norte do país, especificamente Belém, capital do Pará. Essa região enfrenta sérios desafios relacionados ao trabalho doméstico, como, por exemplo, a proporção de trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada, o salário médio menor que o mínimo e do que a média nacional. Segundo Pinheiro, Fontoura e Pedrosa (2012), a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, “na comparação regional, impressionam as desigualdades verificadas e as situações de extrema exclusão e precarização do emprego doméstico vivenciado por estas mulheres” (PINHEIRO; FONTOURA; PEDROSA, 2012, p. 102). De acordo com as autoras, no Sul e no Sudeste a taxa trabalhadores domésticos com carteira assinada era de 32% e 33% respectivamente. No Nordeste era de 13,8% e no Norte 12,5%. “Isto significa que apenas 12 em cada 100 trabalhadoras nortistas são registradas e contam com a proteção do Estado frente a situações de vulnerabilidade permanente ou temporária” (FONTOURA; PEDROSA, 2012, p. 102). O trabalho doméstico, portanto, apresenta feições distintas de acordo com a região do país onde é realizado e, por isso, voltamos

nossa investigação para esse contexto regional onde há uma forte violação dos direitos da trabalhadora doméstica.

Optamos pela análise de jornais impressos locais para apreender o processo de debate público sobre a PEC das Domésticas num contexto regional desafiador para as trabalhadoras domésticas, como citado na primeira seção. De acordo com Habermas (2009), o jornalismo é a espinha dorsal da democracia pela possibilidade de publicar vozes e argumentos. Consideramos que o perfil argumentativo do jornalismo impresso proporcionará uma apreensão mais ampla do debate público a respeito do tema em tela.

Os jornais investigados no período de 2010, início da tramitação da PEC, a 2016, um ano após a regulamentação da lei, foram Diário do Pará e O Liberal. O Liberal é mais antigo – remonta ao ano de 1940 –, porém está sob o comando da família Maiorana, que o administra desde 1966. Passou por um grande processo de modernização e havia se tornado liderança absoluta no jornalismo diário paraense, razão pela qual exercia forte influência na sociedade e nas elites paraenses (Velo, 2008). O jornal compõe, junto com emissoras de rádio, emissora de TV (filiada à Rede Globo), um jornal popular, um portal de notícias na internet e empresa de TV a cabo as Organizações Rômulo Maiorana. O Diário do Pará foi criado em 1982 pela família do ex-governador do Pará e atual senador Jader Barbalho (PMDB). Faz parte também de um conglomerado midiático que reúne portal de notícias na internet, emissoras de rádio e uma de TV (filiada à Rede Bandeirantes). Nos anos 2000, o Diário do Pará conseguiu alcançar a liderança de O Liberal, segundo pesquisa do Ibope (VELOSO, 2008).

Este artigo apresenta resultados ainda preliminares e se vincula a outra de maior fôlego, o projeto “Mídia, Debate Público e Negociação de Sentidos sobre o Trabalho Doméstico”, financiado pelo CNPq (Edital Universal 2016).

MÍDIA E DEBATE PÚBLICO

Para o Habermas (2003), somente por meio do debate de ideias e exposição de pontos de vista é possível chegar a um entendimento mútuo. O autor compara a esfera pública a uma caixa de ressonância, em que os problemas que chegam até ela são amplificados pela comunicação. O debate sobre a PEC das Domésticas discutiu como ficaram os direitos das trabalhadoras e os desdobramentos sobre a vida de patrões e trabalhadores. E essa visibilidade do tema colocado em debate foi fundamental para que o assunto ganhasse *status* de "interesse público" e pudesse formar opiniões públicas e vontade política sobre o assunto.

Nesse sentido, o debate nos *media* é fundamental para tornar públicos assuntos que antes eram tidos como privados. Em termos ideais, o perfil argumentativo do

jornalismo impresso pode proporcionar uma apreensão mais ampla do debate público a respeito do trabalho doméstico e da PEC das Domésticas, pois tem a capacidade de dialogar de diferentes formas com o público. Na sociedade moderna, o jornalismo é uma ferramenta fundamental para a interação humana e assume papel essencial de “ator social” quando dá conhecimento, a públicos diversificados, sobre temas variados, de interesses múltiplos por meio de seus veículos de comunicação, sejam eles falados, impressos ou informatizados (CARVALHO, 2009).

O jornalismo, propõe-nos Adelmo Genro Filho (1987), é uma das estratégias mais importantes que as sociedades modernas possuem para dar a conhecer, a elas mesmas, o que em seu interior acontece, nas mais diversas áreas das atividades humanossociais. Nessa perspectiva, a cobertura jornalística é reveladora das contradições sociais, dos jogos de poder, da diversidade de visões de mundo (culturais, científicas, comportamentais, éticas, morais, religiosas e tantas outras) e dos múltiplos interesses em disputa (CARVALHO, 2009, p.1).

Carvalho destaca ainda o que chama de “contradições” do jornalismo e considera que o é um campo social e uma prática marcados por contradições, silêncios, recortes da realidade social (CARVALHO, 2009). Essa situação pode ser observada quando, por exemplo, uma reportagem não considera as diferentes partes envolvidas no assunto, mostrando apenas uma das versões de uma história. A exemplo da PEC das Domésticas, o esperado seria um jornalista ouvir tanto patrões como empregados em sua reportagem, mas, muitas vezes pelo perfil político do veículo de comunicação, esse tipo de conduta não é executada, o que pode comprometer o processo de debate público sobre o assunto.

O jornalismo, em geral, tem o poder de influenciar as pessoas a discutirem determinado assunto ou mesmo persuadir nas tomadas de decisões. E os chamados “operadores jornalísticos” (repórteres, editores, etc.) é quem vão decidir o que vai ser publicado e, conseqüentemente, ganhar as arenas de debates sobre o que é melhor para milhares de pessoas.

Para Carvalho, o papel do jornalismo vai muito além de um mero registro da realidade, o jornalismo participa da construção social da realidade e é um ator social de grande importância (CARVALHO, 2009). A forma como um texto é escrito, a posição dele na página, os títulos, legendas, cores, são escolhas estratégicas que dependem dos profissionais que fazem o jornalismo, que por sua vez têm seus repertórios próprios ou da linha editorial.

Outro aspecto importante que deve ser levado em consideração no jornalismo são os “enquadramentos” - análise de como cada sujeito se envolve em uma situação - em como o jornalismo se relaciona com os atores sociais.

Narrar um acontecimento transformado em notícia, dando-lhe um enquadramento, consiste, à primeira vista, na seleção de aspectos que deem à narrativa sobre ele inteligibilidade, a partir de estruturas cognitivas e quadros de referência que conduzirão a uma determinada visão, dentre uma série de outras possíveis, relativamente ao que é apresentado ao fruidor da informação daí resultante. (CARVALHO, 2009, p.5).

Portanto, analisar o modo com os *media* tematizam publicamente uma questão, como no nosso caso a da ampliação dos direitos dos trabalhadores domésticos, dizem dos modos de legitimação da nova norma em nossa sociedade. Importante ressaltar elementos sociais que atuam também no processo de invisibilização das desigualdades relacionadas ao trabalho doméstico e influenciam, portanto, o modo como os novos direitos dessas trabalhadoras – no feminino, já que é uma atividade em que as mulheres representam a grande maioria dos trabalhadores – são apresentados e discutidos na sociedade brasileira.

Fatores como gênero e raça contribuem para que a situação das trabalhadoras domésticas seja precarizada e seus direitos tensionados. De acordo com pesquisa do IPEA, em 2014, cerca de 5,9 milhões de mulheres eram trabalhadoras domésticas no país. Sendo que, entre as mulheres negras, é a principal ocupação. No caso das mulheres brancas, as principais ocupações são o comércio e a indústria (IPEA, 2016). Além disso, há lógica de uma divisão sexual do trabalho (OKIN, 2008; BIROLI, 2013) alimenta a ambiguidade em torno do exercício por mulheres do trabalho doméstico remunerado.

A partir desse contexto, então, os *media* tem o potencial de contribuir para cristalização ou questionamentos de práticas sociais enraizadas social e culturalmente. Maia (2012) afirma ainda que os *media* são responsáveis por boa parte das informações e dos discursos que alimentam contextos comunicativos. Segundo a autora, as audiências refletem acerca dos materiais dos media e os utilizam em processos de discussão (MAIA, 2012). “Os *media* criam novas oportunidades, novas opções e novas arenas para que os sujeitos produzam sentido de si mesmos, da relação com os outros, o que frequentemente se entrelaça com as instituições e os padrões culturais arraigados” (MAIA, 2008, p. 209, grifo no original).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para realização desta pesquisa, utilizamos o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), que consiste na sintetização e compreensão, especificamente neste caso, do conteúdo jornalístico encontrado nos jornais de maior circulação do estado do Pará, a respeito do trabalho doméstico e da PEC das Domésticas, implementada durante o governo Dilma.

Selecionamos para análise as matérias jornalísticas produzidas entre 2010 e 2016 e publicadas nos jornais O Liberal e Diário do Pará. Não foi possível, contudo, trabalharmos unicamente com a totalidade de matérias sobre trabalho doméstico publicadas nesse período porque ambos os jornais não possuem mecanismos de busca por palavras-chaves nas versões digitais dos jornais impressos. Desse modo, criar uma forma de selecionar as edições a serem analisadas de acordo com nossos objetivos. Assim, optamos por construir uma amostra de edições a partir de datas importantes a respeito da tramitação da legislação estudada, de aspectos de sua regulamentação e também considerando dias comemorativos ao trabalho doméstico. Coletamos matérias ainda do dia anterior e posterior a cada uma dessas datas de referência, que foram organizadas em uma tabela.

De modo complementar, fizemos uma busca através do acervo virtual do jornal O Liberal, que possui uma ferramenta de busca por palavra, assim foi possível estabelecer com mais facilidade e precisão em quais datas subjacentes poderíamos encontrar conteúdo relativo ao assunto. Após a complementação da tabela, com as datas sobressalentes indicadas pela pesquisa virtual na plataforma de O Liberal, partimos para a coleta manual, executada tanto nos acervos online dos dois jornais quanto na Biblioteca Pública Arthur Vianna, localizada no CENTUR, pois não encontramos algumas edições nos acervos dos jornais.

Após a finalização da coleta, procedemos com a sistematização dos dados, que primordialmente consistiu na criação de um livro de códigos (conjunto de variáveis a serem investigadas). O livro de códigos foi inspirado no construído por Cal (2016) e por Cal Esteves e Nery (2018), ampliado, revisado e passou por uma série de discussões entre as integrantes do projeto de pesquisa. Após a definição do livro de códigos, realizamos um treinamento de codificação e um teste de confiabilidade na codificação com a participação de duas das bolsistas de iniciação científica do projeto.

O livro possui um total de 15 variáveis optativas e 5 variáveis discursivas e complementares. Nos propomos a categorizar as matérias encontradas em: a) **Editoria**, que diz respeito a qual caderno se encontra o conteúdo, a fim de constatar quais editorias abordam mais o assunto; b) **Capa**, variável dicotômica, que aponta quais

conteúdos possuíram destaque em notas na capa do veículo; c) **Formato**, consiste na categorização do tipo de conteúdo, além de onde foi produzido, se é regional ou não; d)

Assunto Principal, é a categoria responsável pela determinação da temática central abordada pelo conteúdo, com objetivo de agrupar matérias semelhantes como pertencentes do mesmo grupo; e) **Dados Estatísticos**, se a matéria possui dados estatísticos, seguida de uma variável discursiva complementar para colocar a fonte dos dados; f) **Fontes Consultadas**, tem como função listar todos os personagens que auxiliam na elaboração do conteúdo com suas falas, de forma direta, entre aspas, ou indireta com o jornal o fazendo referência; g) **Assunto Abordado pela Trabalhadora Doméstica**, enquanto fonte. Quando uma ou mais fontes presentes na categoria citada anteriormente é uma empregada ou ex-empregada doméstica nos certificamos de analisar qual o ponto central da sua fala (quais as expectativas geradas pela mudança da lei, como é sua rotina, as dificuldades do trabalho...); h) o **Gênero da Trabalhadora** enquanto fonte, partindo do princípio de que os trabalhos domésticos a serem executados e abarcados pela lei são diversos, buscando quebrar o paradigma estabelecido de que funções domésticas são naturalmente femininas, ainda que elas sejam maioria; i) quando o conteúdo **refere-se a respeito do trabalho doméstico**, se o apresenta ao leitor como uma função naturalmente feminina, como um serviço essencial ou como um trabalho digno que merece mais direitos; j) Também, a respeito da mudança da lei, **como se refere a PEC** como a correção de uma injustiça, uma possibilidade de melhorar a vida delas ou ainda como fonte de problemas financeiros e logísticos para os patrões; k) Se há menção a **Desigualdades de Gênero, Racial e Social**; l) O **posicionamento dessa trabalhadora**, se são apresentadas como vítimas, sujeitos políticos ou outros; m) **Os Tipos de Falas da Trabalhadora doméstica**, se direta, indireta ou ambas, seguida de uma variável discursiva complementar onde são adicionadas as aspas ou trecho indireto; n) **O Direcionamento da Matéria**, com quem ela se dispõe a abrir diálogo, considerando que, há uma ausência de interesse, por parte do governo e das mídias, de explicar, de forma simples e sem termos complexos ou dificultosos, os direitos e efeitos da PEC na realidade das T.D.

Em seguida ao processo de testagem do livro de códigos, iniciamos a construção do banco de dados. Dissecamos um total de 45 conteúdos, entre eles reportagens e notícias locais e de agências, colunas, charges, entre outros. Ao passo que fomos analisando-os, os resultados foram sendo computados na plataforma Excel. Com a conclusão de todas as inserções, migramos os dados para a plataforma SPSS para propiciar a criação de tabelas e de construção de matrizes analíticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das tabelas foi possível extrair resultantes satisfatórias e que contemplam nossa pesquisa. Analisamos um total de 45 matérias, dos anos 2010 a 2016, 53,3% no O Liberal e 46,7% delas publicadas no jornal Diário do Pará. O Liberal publicou mais conteúdo referente a pesquisa na capa do jornal do que o Diário do Pará, nos dois períodos divididos: Até 2013 e Após 2013.

Ao executarmos uma comparação minuciosa a respeito dos resultados obtidos referentes ao período anterior e posterior a PEC, nos deparamos com certas discrepâncias. A começar pela quantidade dos conteúdos a respeito do assunto, 64,4% deles são referentes ao período de 2010 a 2013, enquanto os referentes ao período de 2014 a 2016 são apenas 35,5% do total. A respeito de qual jornal publicou mais a respeito do tema nos dois períodos indicados, ocorreu uma inversão, no período até o ano da implementação o jornal Diário liderou, 62,1% do total, já, no período que se inicia no ano de 2014, o jornal O Liberal passou na frente do concorrente, com 62,5% dos conteúdos.

Tabelas 1 e 2 – Distribuição de matérias por jornal e por período

Até 2013			Após 2013		
Jornais	Frequência	%	Jornais	Frequência	%
Liberal	11	37,9	Liberal	10	62,5
Diário	18	62,1	Diário	6	37,5
Total	29	100,0	Total	16	100,0

Fonte: Dados da pesquisa.

Os formatos de conteúdo que mais trouxeram informações a cerca do tema foram as notícias, entre 2010 e 2013, 41,4% delas eram de agências nacionais, de fora do estado, dado que demonstra que a mídia do estado produziu pouco material que contemplasse as trabalhadoras paraenses.

Já no período posterior à implementação das novas regras, as notícias locais são maioria, 50% do total. Ressalta-se, também, que no tempo pré-PEC a variedade de formatos que abordavam o assunto foi consideravelmente maior, devido à alta demanda, houve colunas de opinião e charges, entre outros, já o período pós-PEC detém, reportagens e notícias, tanto locais, como de agências.

Tabelas 3 e 4 – Distribuição de matérias por formato por período

Até 2013		
Formato	Frequência	%
Notícia Local	1	3,4
Notícia Agência	12	41,4
Reportagem Local	9	31,0
Reportagem Agência	3	10,3
Coluna	3	10,3
Charges	1	3,4
Total	29	100,0

Após 2013		
Formato	Frequência	%
Notícia Local	8	50,0
Notícia Agência	3	18,8
Reportagem Local	2	12,5
Reportagem Agência	3	18,8
Total	16	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os jornais dialogaram igualmente, ambos em 50%, a respeito das características da lei, da relação entre patrão e empregada, da vivência da trabalhadora doméstica e de orientações ao empregador, no entanto, o jornal Diário foi o único que abordou conteúdo a respeito do papel da mulher tanto no trabalho doméstico, como no mercado de trabalho, enquanto O Liberal, dentro do período analisado, não fez menção ao assunto. Em contrapartida, o jornal O Liberal apresentou mais fazer denúncias a respeito da não efetivação da lei. Se tratando do E-social (plataforma criada em 2015 pelo governo para cadastro de trabalhadores domésticos e pagamento de impostos) esse foi abordado apenas uma vez, no jornal Diário do Pará.

Tabelas 5 e 6 – Distribuição de matérias por temática por período

Até 2013		
Assunto Principal	Frequência	%
Características da Lei	7	24,1%
Orientações ao Patrão	1	3,4%
Impactos na Economia/Mercado	1	3,4%
Vantagens da Lei	3	10,3%
Desvantagens da Lei	2	6,9%
Relação Patrão X Empregada	2	6,9%
Tramitação	6	20,7%
Vivência da T.D.	5	17,2%
Mulher no Mercado de Trabalho	1	3,4%
Mulher no Trabalho Doméstico	1	3,4%
Total	29	100%

Após 2013		
Assunto Principal	Frequência	%
Características da Lei	3	18,8%
Orientações ao Patrão	3	18,8%
Não cumprimento da lei	4	25%
Impactos a Economia/Mercado	2	12,5%
E-social	1	6,3%
Vivência da T.D.	1	6,3%
Vantagens da Lei	1	6,3%
Outro	1	6,3%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Durante os quatro primeiros anos, o assunto mais abordado e com mais capas foram as “Características da Lei”, com 24,1% das representações, seguido por tramitação, 20,7%, e vivência da trabalhadora doméstica com 17,2%. Consideramos importante ressaltar que os assuntos “Mulher no mercado de trabalho” e “Mulher Negra no trabalho doméstico” foram citados apenas uma vez.

Passado esse tempo, após a implementação, o assunto principal mais assíduo nas capas foram as “Orientações ao Empregador”, que, no total compõem 18,8%. Já o assunto mais abordado foi o “Não cumprimento da lei” (25%), que representa falta de efetividade da nova legislação, sobretudo, em razão da pouca fiscalização, já que muitas trabalhadoras permanecem sem receber salários equivalentes, sem carteira assinada, permanecem marginalizadas.

A análise sobre o direcionamento das matérias, se consideramos o total da amostra, observamos que 11,1% do material jornalístico apresentado se dirige à trabalhadora doméstica, desses nenhum possui destaque na capa do jornal. Os assuntos que mais são direcionados as empregadas domésticas são, antes da lei: vivência da doméstica, tramitação da lei; E, depois dela: as vantagens da lei. Durante o tramite da PEC, houve quatro matérias consideradas direcionadas às T.D., 13,8%, comparada a 6,3% do período seguinte. Chama atenção ainda o fato de que, após a regulamentação da nova lei, os padrões são o público prioritário da abordagem dos jornais.

Tabela 7 - Distribuição de matérias por público direcionado por período

Após 2013		
Direcionamento	Frequência	%
Indeterminável	7	43,8%
Empregada	1	6,3%
Patrão	6	37,5%
Ambos	2	12,5%
Total	16	100%
Até 2013		
Direcionamento	Frequência	%
Indeterminável	18	62,1%
Empregada	4	13,8%
Patrão	3	10,3%
Ambos	4	13,8%
Total	29	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Entre todas as fontes presentes, as trabalhadoras e ex-trabalhadoras domésticas representam 19,7%. Dentre elas, 70% estavam presentes nos conteúdos do jornal Diário.

Tabela 8 - Distribuição de fontes por quantidade de matérias

Geral		
Fontes	Frequência	%
Não há	14	21,2%
Executivo	5	7,6%
Legislativo	10	15,2%
Judiciário	2	3%
Partido Político	1	1,5%
ONGs	8	12,1%
Especialista	11	16,7%
Cidadão Comum	1	1,5%
Trab. Doméstica	10	15,2%
Ex-doméstica	3	4,5%
Patrão	1	1,5%
Total	66	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabelas 9 e 10 - Distribuição de fontes por quantidade de matérias por período

Até 2013		
Fontes	Frequência	%
Não há	7	14,9%
Executivo	4	8,5%
Legislativo	8	17%
Partido político	1	2,1%
ONG's	6	12,8%
Especialista	7	14,9%
Cidadão comum	1	2,1%
Trab. Doméstica	10	21,3%
Ex-doméstica	2	4,3%
Patrão	1	2,1%
Total	47	100%

Após 2013		
Fontes	Frequência	%
Não há	7	36,8%
Executivo	1	5,3%
Legislativo	2	10,5%
Judiciário	2	10,5%
ONG's	2	10,5%
Especialista	4	21,1%
Ex-doméstica	1	5,3%
Total	19	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Constatamos que, antes de 2013, o número de fontes era mais expressivo, 71,2% do total, podemos considerar com base nessa informação que o conteúdo, portanto, é mais denso, pois, havia mais pessoas sendo ouvidas. Há cidadãos comuns, empregadores e partidos políticos (2,1%), especialistas (14,9%), e ainda, 21,3% de trabalhadoras atuando como fonte e 4,5% de ex-trabalhadoras. Antes da lei, elas falaram em sua maioria (41,7%) sobre as dificuldades do trabalho doméstico, de suas expectativas positivas em relação aos novos direitos, e da rotina.

Enquanto isso, o período posterior teve apenas uma (5,3%) trabalhadora como fonte. Ela falou das dificuldades de seu emprego, posicionando-se como vítima - trabalhadora representada como sofredora, aquela que vivencia, até mesmo, passivamente, as dificuldades do trabalho doméstico -, as fontes mais assíduas nesse período foram ONG's e especialistas, seguido por representantes do legislativo e judiciário, todos esses à frente delas.

Um resultado encontrado a partir da nossa pesquisa, legitimada por dados da PNAD e do DIEESE-PA, encontrados enquanto analisávamos as matérias, foi a do gênero da trabalhadora doméstica, 100% das fontes eram mulheres. Não há, portanto, em nenhuma matéria, um homem sequer dialogando a respeito da função que exerce enquanto trabalhador doméstico, isso porque o trabalho doméstico é visto como uma função dotada de feminilidade e, por isso, a própria nomenclatura é, por muitas pessoas, automaticamente vinculada ao gênero feminino, devido as opressões culturais, muitas vezes interseccionadas, de gênero e raça.

Tabela 11 - Distribuição de fontes por abordagem em relação ao trabalho doméstico

Geral		
Abordagens a respeito do T.D.	Frequência	%
Não menciona	11	23,9%
Atividade Feminina	4	8,7%
Serviço Essencial	2	4,3%
Relação de Confiança entre Patrão e Empregada	3	6,5%
Trabalho Digno	14	30,4%
Dificuldades com a Nova Lei	12	26,1%
Total	46	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

O trabalho doméstico, como função, é retratado pela maior parte das matérias (30,4%) como um trabalho digno, que merece direitos como qualquer outro, no entanto, a segunda maior porcentagem dessa variável (26,1%) diz respeito a eventuais dificuldades com o cumprimento das leis trabalhistas, antes ou depois da implementação da PEC. Assim como a quantidade de matérias a respeito do ofício doméstico entre os anos 2010 e 2013, a construção de abordagens a respeito do trabalho, nesse núcleo, também é de maior quantidade, ainda mais, se for comparado com o período adiante, 2014 a 2016.

Tabelas 12 e 13- Distribuição de fontes por abordagem em relação ao trabalho doméstico por período

Até 2013		
Abordagens a respeito do T.D.	Frequência	%
Não menciona	5	16,7%
Atividade Feminina	4	13,3%
Serviço Essencial	2	6,7%
Relação de Confiança entre Patrão e Empregada	3	10%
Trabalho Digno	11	36,7%
Dificuldades com a Nova Lei	5	16,7%
Total	30	100%

Após 2013		
Abordagens a respeito do T.D.	Frequência	%
Não menciona	6	37,5%
Trabalho Digno	3	18,8%
Dificuldades com a Nova Lei	7	43,8%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Antes de 2013, o trabalho doméstico como uma atividade feminina, um serviço essencial, uma relação de confiança, que possui dificuldades e como um trabalho digno, na maioria dos casos. A partir de 2014, é abordado a partir da dificuldade quando se trata da garantia dos direitos.

As abordagens referentes à mudança da lei, consideram a PEC como uma possibilidade de melhorar as condições trabalhistas em 26,1% dos casos. Em 19,6%, a Emenda Constitucional foi considerada como a correção de uma injustiça. Porém, não foi interpretada, em sua totalidade, positivamente, em 15,2% apontou-se que ela trouxe problemas financeiros para os empregadores.

Tabela 14 - Distribuição das matérias por abordagem em relação à mudança na lei

Geral		
Abordagens Relativas à Mudança da Lei	Frequência	%
Não Menciona	11	23,9%
Correção de uma Injustiça	9	19,6%
Possibilidade de Melhorar as Condições da T.D.	12	26,1%
Problemas financeiros para o patrão	7	15,2%
Problema logístico para o patrão	1	2,2%
Prejuízo para a Relação Patrão e Empregada	1	2,2%
Interferência exagerada do estado	1	2,2%
Pouco Efetiva	4	8,7%
Total	46	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Até 2013, fala-se da PEC, em 31% dos conteúdos, como uma possibilidade de melhorar as condições da doméstica e, em 27,6%, como a correção de uma injustiça que acometia àquelas classe de trabalhadores, em 6,9% como fruto de problemas financeiros para os empregadores, por fim, em 3,4% cada, fruto de problemas logísticos para a família, prejuízo para a relação entre empregador e assalariada e como interferência exagerada do estado. Após o ano de 2013, a Emenda Constitucional, já em vigor, é vista como: 29,4% fonte de problemas financeiros para empregadores, 23,5% pouco efetiva, por não garantir totalmente os direitos prometidos, 17,6% como a possibilidade de melhorar a situação dela, 5,9% a correção de uma injustiça.

Tabela 15 – Frequência de marcadores de gênero, raça e classe nas matérias

Geral		
Desigualdades de Gênero, Raça e Classe	Frequência	%
Não	29	64,4%
Gênero	6	13,3%
Sociais	3	6,7%
Raça e gênero	1	2,2%
Sociais e gênero	5	11,1%
Sociais, gênero e raça	1	2,2%

Total	45	100%
--------------	----	------

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 16– Frequência de marcadores de gênero, raça e classe nas matérias por período

Até 2013		
Desigualdades de Gênero, Raça e Classe	Frequência	%
Não	17	58,6%
Gênero	5	17,2%
Sociais	2	6,9%
Raça e Gênero	1	3,4%
Sociais e Gênero	3	10,3%
Sociais, Gênero e Raça	1	3,4%
Total	29	100%
Após 2013		
Desigualdades de Gênero, Raça e Classe	Frequência	%
Não	12	75,0
Gênero	1	6,3%
Sociais	1	6,3%
Sociais e Gênero	2	12,5%
Total	16	100%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na variável responsável por medir a frequência com que são citadas desigualdades nas matérias jornalísticas, identificamos que maioria não faz citação a questões de gênero, raça e classe. Ainda assim, a mais citada é a de gênero, afinal, as mulheres são maioria, 90,86%, segundo a Pnad 2014, e, ainda que 79,3% dessas sejam negras, a desigualdade racial não foi pauta central de nenhuma matéria, em nenhum dos veículos escolhidos, sendo citada apenas uma vez, dentre todo o *corpus* analisado, por meio de dados estatísticos, não houve texto direto disposto sobre o tema. Dessa forma, podemos constatar a urgência de abrir caminho para a conscientização e empoderamento dessas trabalhadoras negras, que mesmo sendo maioria são quase, para não dizer totalmente, ignoradas pelas mídias de maior destaque do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi apresentar de modo preliminar os resultados da pesquisa sobre a cobertura jornalística paraense a respeito da ampliação dos direitos trabalhistas de empregadas domésticas. Nossa intenção é investigar como se deu o debate público na cena midiática local sobre esse assunto, considerando o potencial dos *media* de pré-estruturar a esfera pública e de pautar assuntos e abordagens para que sejam discutidos pela sociedade.

O trabalho doméstico apresenta raízes sociais e culturais muito fortes que legitimam em grande medida uma cultura da servidão e também uma divisão sexual do trabalho, marcada não apenas por questões de gênero, mas também, e principalmente, de raça e de classe.

Os resultados apresentados, apesar de serem um esforço inicial de trabalho com o banco de dados, mostram diferenças significativas na cobertura jornalística antes e após a aprovação da emenda constitucional 72, como, por exemplo, em relação à presença da trabalhadora doméstica como fonte das matérias. Também chamou nossa atenção a ausência de discussão sobre as desigualdades sociais e os marcadores de gênero e raça, apesar o trabalho doméstico remunerado ser a principal ocupação das mulheres negras no Brasil, de acordo com o IPEA. Relevante notar que, quando foi possível identificar o direcionamento do conteúdo jornalístico, ele se voltava principalmente aos padrões como interlocutores.

Será necessário ainda maior aprofundamento teórico e de análise dos dados, para aprimorar a relação entre as várias e possibilitar melhor compreensão do fenômeno estudado.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BRITES, Jurema. Serviço Doméstico: elementos políticos de um campo desprovido de ilusões. Campos - Revista de Antropologia Social, v. 3, p. 65-82, 2003.
- CAL, Danila. **Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico**: política, poder, resistências. Salvador: EDUFBA/Compós, 2016.
- CAL, Danila; ESTEVES, Lorena; NERY, Erick Matheus. Jornalismo, gênero e desigualdades: análise das notícias sobre a ampliação de direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil e na Argentina. **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo** / INTERCOM – São Paulo, SP: Life Editora, 2018.

- CARNEIRO, Maria T.; ROCHA, Emerson. Do fundo do buraco: o drama social das empregadas domésticas. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, p.125-142.
- CARVALHO, Carlos Alberto de. Algumas reflexões sobre a dimensão epistemológica do jornalismo. In: CARVALHO, Carlos Alberto; BRUCK, Moazahir Salomão. (Org.). **Jornalismo, cenários e encenações**. 1ed.São Paulo: Intermeios, 2012, v. 1, p. 43-58.
- HABERMAS, Jürgen. **Europe: the faltering project**. Cambridge: Polity Press, 2009.
- HABERMAS, Jürgen. O papel da sociedade civil e da esfera pública política. In: **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 57- 123.
- MAIA, R.C.M. **Deliberation, the media and political talk**. New York, NY: Hampton Pres, 2012
- MAIA, Rousiley C. M.(org.). **Mídia e deliberação**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2008.
- OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, nº2. Maio/2008.
- PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação das Trabalhadoras Domésticas do País. In: Castro, Jorge; ARAÚJO, Herton (orgs). **Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 2**. Brasília: IPEA, 2012, p. 81-92
- PORTAL BRASIL. **Trabalho doméstico é a ocupação de 5,9 milhões de brasileiras**. Publicado em: 17 mar 2016. Atualizado em: 23 dez 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/03/trabalho-domestico-e-a-ocupacao-de-5-9-milhoes-de-brasileiras>>. Acesso em 12 mai 2018.
- URBINATI, N; WARREN, M. The Concept of Representation in Contemporary Democratic Theory. **Annu. Rev. Polit. Sci.** 2008 p. 387-412.

